

# Sumário

## **ESTRUTURA DAS INICIAIS ..... 13**

### **Capítulo 01**

## **ESTRUTURA DAS INICIAIS..... 15**

1.	Endereçamento.....	16	8.1.2.	Mandado de Segurança Coletivo.....	27
1.1.	Regra.....	16	8.1.3.	Imposto de Renda retido na fonte do Servidor estadual, distrital ou municipal.....	27
1.1.1.	Tributos federais.....	16	8.1.4.	Empréstimo compulsório de energia elétrica pela Eletrobrás.....	28
1.1.2.	Tributos estaduais, municipais ou distritais.....	16	8.1.5.	Legitimidade do Contribuinte substituído.....	28
1.2.	Exceções.....	17	8.2.	Causas de extinção do crédito.....	28
1.2.1.	Empresas Públicas.....	17	8.2.1.	Pagamento.....	29
1.2.2.	Sociedade de economia mista federal, estadual, distrital e municipal.....	18	8.2.2.	Compensação.....	29
1.2.3.	Súmula 447 do STJ.....	18	8.2.3.	Transação.....	29
1.2.4.	Súmula 553 do STJ.....	18	8.2.4.	Remissão.....	29
1.2.5.	Mandado de Segurança de competência originária do STF.....	18	8.2.5.	Decadência.....	29
1.2.6.	Mandado de Segurança de competência originária do STJ.....	19	8.2.6.	Prescrição.....	29
1.2.7.	Peculiaridade do Distrito Federal.....	19	8.2.7.	Consignação em pagamento e conversão do depósito em renda.....	29
1.3.	Juizados especiais.....	19	8.2.8.	Decisão administrativa irreformável....	29
2.	Qualificação da parte autora/Impetrante/embargante ... + advogado.....	20	8.2.9.	Coisa julgada.....	29
2.1.	Pessoa física + advogado.....	20	8.2.10.	Dação em pagamento de bem imóvel.....	30
2.2.	Pessoa jurídica + advogado.....	20	8.3.	Vícios no auto de infração (lançamento) e na certidão de dívida ativa.....	30
3.	Fundamento da Peça e 4. Nome da peça.....	21	8.4.	Nulidades em sede de execução:.....	31
5.	Qualificação da parte ré.....	22	8.5.	Comprovação de regular notificação.....	31
5.1.	Nas iniciais de Declaratória, Anulatória, Embargos, Consignação em Pagamento e Repetição.....	22	9.	Pedidos provisórios específicos para cada peça.....	32
5.2.	Na petição incidental de Exceção de Pré-Executividade.....	22	9.1.	Exemplo com Tutela Provisória Antecipada de Urgência nas Ações Declaratória e Anulatória..	32
5.3.	Atenção Redobrada na inicial de Mandado de Segurança.....	23	9.2.	Exemplo com Liminar em Mandado de Segurança.....	32
6.	Fatos.....	24	9.3.	Exemplo com Efeito Suspensivo nos Embargos à Execução Fiscal.....	32
7.	Cabimento e tempestividade.....	24	9.4.	Exemplo com Depósito na Consignação.....	32
8.	Preliminar de mérito.....	26	9.5.	Exemplo com correção monetária e juros na Repetição.....	33
8.1.	Legitimidade da parte e interesse de agir.....	26	10.	Do direito, do mérito da fundamentação jurídica ou da tese da peça.....	33
8.1.1.	Arts. 135 e 137 do CTN.....	26	11.	Dos pedidos.....	34
			11.1.	Número 5 do esqueleto corresponde ao réu nas 5 primeiras iniciais (declaratória, anulatória, embargos, consignação e repetição) ou a autoridade coatora no Mandado de Segurança...	34

11.2. Número 7 do esqueleto corresponde ao tópico de cabimento e tempestividade em sua peça.....	34
11.3. Número 8 do esqueleto corresponde ao pedido de preliminar de mérito conforme exemplos abaixo.....	34
11.4. Número 9 do esqueleto .....	35
11.5. Número 10 do esqueleto .....	36
11.6. Número 11 do esqueleto: pedidos finais de cada peça que como regra serão .....	36

## Capítulo 02

### INICIAIS E PETIÇÕES INCIDENTAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO ..... 39

1. Quadro para diferenciar as Ações Declaratória, Anulatória, Mandado de Segurança preventivo e repressivo .....	39
--	----

## Capítulo 03

### RECURSOS..... 227

1. Endereçamento.....	230
1.1. Agravo de Instrumento.....	230
1.2. Contrarrazão de Agravo de Instrumento .....	230
1.3. Agravo Interno.....	230
1.4. Contrarrazão de Agravo de Interno.....	230
1.5. Apelação – Exemplo se for na Justiça Federal....	230
1.6. Contrarrazão de Apelação – Exemplo se for na Justiça Estadual.....	231
1.7. Embargos de Declaração (contra a autoridade que proferiu a decisão).....	231
1.8. Contrarrazão de Embargos de Declaração (contra a autoridade que proferiu a decisão)....	231
1.9. Recurso Extraordinário .....	231
1.10. Contrarrazão de Recurso Extraordinário .....	231
1.11. Agravo em Recurso Extraordinário .....	231
1.12. Contrarrazão de Agravo em Recurso Extraordinário .....	231
1.13. Recurso Especial.....	231
1.14. Contrarrazão de Recurso Especial .....	231
1.15. Agravo em Recurso Especial .....	231
1.16. Contrarrazão de Agravo em Recurso Especial....	232
1.17. Embargos de Divergência dentro do STF .....	232
1.18. Embargos de Divergência dentro do STJ .....	232
1.19. Recurso Ordinário Constitucional para o STF ....	232
1.20. Contrarrazão de Recurso Ordinário Constitucional para o STF.....	232
1.21. Recurso Ordinário Constitucional para o STJ....	232
1.22. Contrarrazão de Recurso Ordinário Constitucional para o STJ.....	232
2. Recorrente + Advogado.....	232
2.1. Pessoa Física + Advogado .....	232
2.2. Pessoa Jurídica + Advogado .....	232
3. Fundamento da peça.....	233

4. Nome da peça.....	233
5. Em face .....	234
5.1. Agravo de Instrumento.....	234
5.2. Contrarrazão de agravo de instrumento .....	234
5.3. Agravo Interno .....	234
5.4. Contrarrazão de agravo de interno .....	234
5.5. Apelação.....	235
5.6. Contrarrazão de Apelação .....	235
5.7. Embargos de Declaração.....	235
5.8. Contrarrazão de Embargos de Declaração .....	235
5.9. Recurso Extraordinário .....	235
5.10. Contrarrazão de Recurso Extraordinário .....	235
5.11. Agravo em Recurso Extraordinário .....	235
5.12. Contrarrazão de Agravo em Recurso Extraordinário.....	235
5.13. Recurso Especial.....	235
5.14. Contrarrazão de Recurso Especial .....	235
5.15. Agravo em Recurso Especial .....	235
5.16. Contrarrazão de Agravo em Recurso Especial...	236
5.17. Embargos de Divergência no STF .....	236
5.18. Embargos de Divergência no STJ .....	236
5.19. Recurso Ordinário Constitucional para o STF....	236
5.20. Contrarrazão de Recurso Ordinário Constitucional para o STF.....	236
5.21. Recurso Ordinário Constitucional para o STJ....	236
5.22. Contrarrazão de Recurso Ordinário Constitucional para o STJ.....	236
6. Fatos.....	236
7. Cabimento e tempestividade.....	237
8. Preliminares de mérito.....	238
8.1. Legitimidade da parte e interesse de agir .....	238
8.1.1. Arts. 135 e 137 do CTN.....	239
8.1.2. Mandado de Segurança Coletivo.....	239
8.1.3. Imposto de Renda retido na fonte do Servidor estadual, distrital ou municipal.....	239
8.1.4. Empréstimo compulsório de energia elétrica pela Eletrobrás .....	240
8.1.5. Legitimidade do Contribuinte substituído.....	240
8.2. Causas de extinção do crédito.....	240
8.2.1. Pagamento.....	240
8.2.2. Compensação .....	240
8.2.3. Transação.....	240
8.2.4. Remissão .....	241
8.2.5. Decadência .....	241
8.2.6. Prescrição.....	241
8.2.7. Consignação em pagamento e conversão do depósito em renda.....	241
8.2.8. Decisão administrativa irreformável ....	241
8.2.9. Coisa julgada.....	241
8.2.10. Dação em pagamento de bem imóvel .....	241
8.3. Vícios no auto de infração (lançamento) e na certidão de dívida ativa.....	241
8.4. Nulidades em sede de execução.....	242
9. Pedidos provisórios específicos para cada peça.....	244

9.1. Exemplo com Efeito Suspensivo ou Tutela Recursal no Agravo de Instrumento.....	244	1.1. Regra – Lei = LO (art. 150 I CF e art. 97 CTN).....	397
9.2. Agravo interno, não há tópico 9.....	244	1.1.1. Instituição e Extinção – art. 97 I CTN....	397
9.3. Exemplo de Efeito Suspensivo na Apelação (somente nos casos do artigo 1012, §§ 1º e 3º, CPC).....	244	1.1.2. Majoração e Redução – art. 97 II CTN...	397
9.4. Embargos de Declaração. Art. 1.026 do CPC: Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.....	245	1.1.3. Definição do fato gerador da obrigação tributária principal – art. 97 I, III e V CTN.....	397
9.5. Recurso Extraordinário (repercussão geral, pré-questionamento e efeito suspensivo):.....	245	1.1.4. Fixação das alíquotas e base de cálculo – art. 97 IV CTN.....	397
9.6. Recurso Especial (repercussão geral, pré-questionamento e efeito suspensivo):.....	245	1.1.5. Causas de suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário – art. 97 VI CTN.....	397
9.7. Recurso Ordinário Constitucional para o STF ou STJ – Efeito Suspensivo.....	246	1.1.6. Tratados e Convenções Internacionais – art. 98 CTN.....	398
10. Do direito, mérito e fundamentação jurídica.....	246	2. Matérias tributária reservada a edição de Lei Complementar.....	398
11. Dos pedidos.....	246	2.1. Normas Gerais – art. 146 da CF.....	398
11.1. Número 5 do esqueleto corresponde a intimação no recursos.....	246	2.2. Empréstimo Compulsório – art. 148 CF.....	398
11.2. Número 7 do esqueleto corresponde ao tópico de cabimento e tempestividade em sua peça.....	247	2.3. IGF – art. 153 VII CF.....	398
11.3. Número 8 do esqueleto corresponde ao pedido de preliminar de mérito conforme exemplos abaixo.....	247	2.4. Residual (impostos – art. 154 I CF) e (contribuições para seguridade – art. 195 § 4º da CF).....	398
11.4. Número 9 do esqueleto.....	248	2.5. IBS – art. 156 A CF.....	398
11.5. Número 10 do esqueleto.....	248	2.6. CBS – art. 195 V CF.....	398
11.6. Número 11 do esqueleto: pedidos finais de cada peça que como regra serão.....	249	2.7. Imposto Seletivo – art. 153 VIII da CF.....	398
		3. Medida Provisória em matéria de Direito Tributário ...	398
		3.1. Fungibilidade → Lei = LO → MP e Lei Delegada.....	398
		3.2. Infungível → LC por maioria absoluta e não cabe MP (art. 62 § 1º III CF).....	398
		3.3. Efeitos da Medida Provisória em matéria tributária – art. 62 § 2º CF. Só produzirá efeitos em 01/01 se for convertida em lei até 31/12.....	398
		4. Ato do Poder Executivo.....	398
		4.1. Art. 153 § 1º da CF.....	398
		4.2. CIDE e ICMS sobre Combustível.....	398
		4.3. Criação de Obrigação Acessória.....	398
		4.4. Atualização da base de cálculo.....	399
		4.5. Alteração do Prazo de Pagamento, Vencimento, Recolhimento dos tributos.....	399
<b>Capítulo 04</b>		<b>Capítulo 07</b>	
<b>RECURSOS EM ESPÉCIE..... 251</b>		<b>PEÇAS E QUESTÕES AUTORAIS SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA ..... 699</b>	
<b>Capítulo 05</b>			
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL .. 389</b>			
<b>Capítulo 06</b>			
<b>QUESTÕES ANTERIORES DO EXAME DE ORDEM ..... 397</b>			
1. Princípio da legalidade:.....	397		